



Joaquim Oliveira S/A Participações
www.josapar.com.br
CNPJ N° 87.456.562/0001-22 - NIRE 43300009882
COMPANHIA ABERTA



JOSAPAR JOAQUIM OLIVEIRA S.A PARTICIPAÇÕES – CIA ABERTA

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 2017

Senhores Acionistas,

A JOSAPAR - Joaquim Oliveira S.A. Participações vem apresentar o Relatório da Administração e suas Demonstrações Financeiras elaboradas de acordo com a legislação societária vigente, acompanhadas do relatório dos Auditores Independentes, relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018. Neste relatório são apresentadas também as informações de forma consolidada da sociedade controlada Real Empreendimentos S.A. que possui como atividade principal a administração de imóveis. A JOSAPAR detém 54,75% do capital social da Real Empreendimentos S.A.

Considerações gerais

A Companhia possui suas atividades concentradas nas áreas de industrialização e comercialização de alimentos e de produção e distribuição de insumos agrícolas. Atua no segmento de arroz e feijão, através de suas diversas marcas, onde se destacam principalmente o **Arroz Tio João**, o **Arroz Tio Mingote**, **Arroz Meu Biju** e **Feijão Meu Biju**. No mercado de produtos semi-prontos destacam-se as linhas **Cozinha Fácil Tio João** e **Cozinha e Sabor**, sendo ambas líderes nacionais de vendas nos respectivos segmentos. Em parceria com a The Solae Company, a JOSAPAR produz e distribui com exclusividade em todo o Brasil o alimento em pó com proteína isolada de soja com a marca **SupraSoy**. Através de outra parceria – com a chilena Olivos del Sur – distribui azeite em todo o território nacional com a marca **Nova Oliva**. No segmento de insumos agrícolas atua através de fertilizantes nas marcas **Supremo** e **Organo Mineral NPK1**.

Desempenho operacional e econômico em 2018

A safra do arroz em 2018 apresentou uma produção de 12 milhões de toneladas, respondendo o estado do Rio Grande do Sul com a parcela de 8,5 milhões de toneladas. O déficit da safra de arroz no Brasil foi de 2,5% no exercício. A produtividade média no Brasil foi praticamente estável, quando comparada à anterior, de 6.195Kg/há contra 6.223kg/ha. Neste cenário o preço médio da saca de arroz em casca de 50kg no exercício de 2018 foi de R\$ 38,40, 5,2% abaixo dos R\$ 40,51 no exercício de 2017.

Resumo comparativo consolidado dos exercícios de 2018 e 2017:

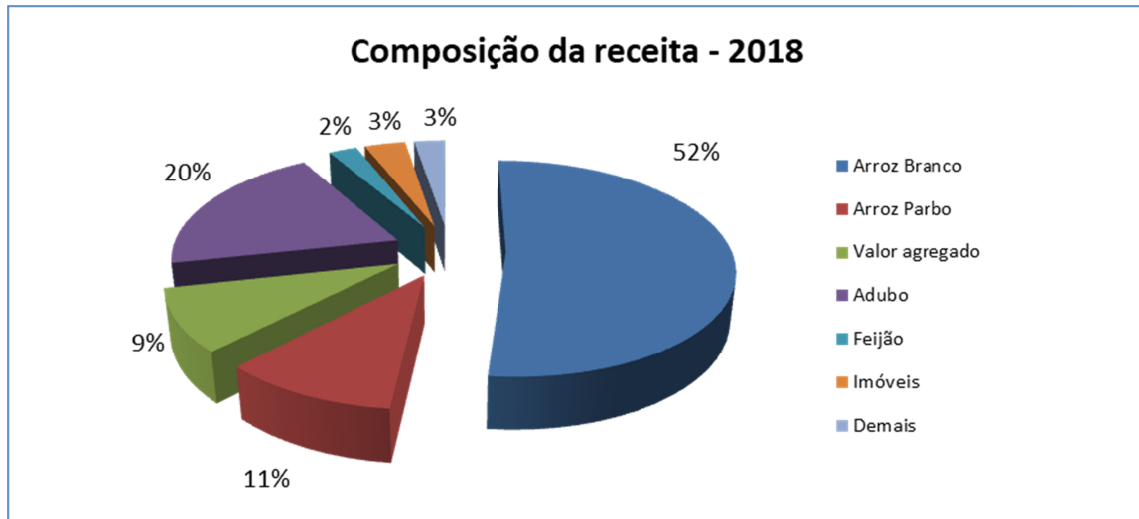
	2018 (R\$ Mil)	2017 (R\$ Mil)	Variação R\$ Mil e p.p.
Vendas Brutas	1.208.017	1.180.430	27.587
Vendas Líquidas	1.106.752	1.069.282	37.470
Lucro Bruto	331.173	311.506	19.667
% LB s/VL	30%	29%	0,8 p.p.
Ebitda	81.376	82.816	-1.440
% Ebitda s/VL	7,40%	7,80%	-0,4 p.p.
Lucro Líquido controladores	24.124	19.152	5.684
% LL s/VL	2,20%	1,80%	0,4 p.p.

Investimentos

Os investimentos da Companhia no ano totalizaram R\$ 12,7 milhões e foram realizados em adequação e modernização tecnológica dos processos industriais. No exercício anterior foram investidos R\$ 7,6 milhões.

Vendas totais

A JOSAPAR mantém seu foco em atender a todas as classes de renda do Brasil através da busca constante de novos canais de distribuição da linha de alimentos e em aproveitar as oportunidades do mercado imobiliário e de shopping centers. O faturamento bruto da organização foi de R\$ 1,2 bilhão no exercício.



Mercado externo

O dólar médio em 2018 foi de R\$ 3,68, 14,5% superior ao dólar médio de 2017, de R\$ 3,20, o que favoreceu a companhia a exportar R\$ 91 milhões contra R\$ 79 milhões do exercício anterior. A empresa mantém sua estratégia de buscar crescimento com o aumento de volumes e conquista de novos nichos de mercado que apresentem possibilidade de agregar valor.

Margem bruta

A margem bruta da Companhia foi de 30% das vendas líquidas (Lucro bruto de R\$ 331 milhões). A variação no nível de preços da principal matéria prima da Companhia, a concentração do varejo e a crescente competitividade do setor no Brasil influenciaram diretamente as margens da Companhia no decorrer deste exercício.

EBITDA (Resultado da atividade operacional antes dos juros, impostos, depreciação e amortização)

A geração líquida de caixa da JOSAPAR de acordo com o conceito EBITDA foi de R\$ 81,4 milhões, representando 7,4% das vendas líquidas. No exercício anterior o EBITDA foi de R\$ 82,8 milhões ou 7,8% das vendas líquidas. Esta performance é resultado da combinação dos fatores mencionados anteriormente.

Endividamento bancário líquido

No encerramento do exercício o endividamento bancário líquido, considerando inclusive os financiamentos para investimentos da Companhia era de R\$ 432 milhões. As despesas financeiras líquidas no exercício foram de R\$ 29,2 milhões

Considerando o saldo do endividamento bancário líquido e subtraindo deste valor as contas de clientes, estoques e adiantamentos fornecedores e somando a conta de fornecedores o saldo ajustado é um capital de giro próprio de R\$ 159 milhões, contra R\$ 176 milhões no final do exercício anterior. O nível de endividamento líquido da JOSAPAR está em linha com a estratégia operacional da Companhia.

Lucro líquido

A pressão nas margens, ocasionadas pelo movimento de queda no preço da matéria prima colaboraram para o menor resultado operacional permitindo, no entanto, uma menor necessidade de capital de giro operacional no decorrer do exercício. Tais fatores atrelados à queda das despesas financeiras resultaram no lucro líquido de R\$ 24 milhões (R\$ 2.279 pelo lote de 1.000 ações). No ano anterior o Lucro Líquido foi de R\$ 19,2 milhões (R\$ 1.809 pelo lote de 1.000 ações).

Patrimônio líquido

O patrimônio líquido atingiu R\$ 489 milhões contra R\$ 471 milhões do ano anterior.

Ativos intangíveis

Entre os principais fatores competitivos da JOSAPAR destacamos as suas marcas - no arroz a marca **Tio João**, no arroz e feijão a marca **Meu Biju**, na soja a marca **Suprasoy**, nos insumos a marca **Supremo** - as ferramentas de gestão, os processos tecnológicos, e os recursos humanos, que resultam concomitantemente na criação de valores não mensuráveis, mas que podem ser percebidos. Maiores informações sobre os nossos produtos estão disponíveis em nossos sites: www.josapar.com.br – www.tiojoao.com.br – www.suprasoy.com.br.

Recursos humanos

A companhia manteve sua política de investimentos em recursos humanos, patrocinando no decorrer do exercício programas de treinamento, qualificação e assistência aos seus colaboradores. Estes programas visam proporcionar segurança e oportunidade de crescimento profissional, através de cursos de especialização, treinamentos e convênios, provendo variadas formas de benefícios, tais como: alfabetização, assistência médica, planos de saúde, refeitório, cestas básicas, convênios farmácia, ótica e livraria, convênio escola e creche. No exercício de 2003 a companhia deu início ao programa de participação nos resultados – PPR, e segue com seu plano de implantação de metas departamentais até chegar ao nível de metas individuais. Este desafio irá proporcionar aos colaboradores o seu crescimento profissional e a oportunidade de participar efetivamente da gestão. Neste exercício encontra-se provisionado o valor de R\$ 3.019 mil e que será distribuído durante o ano de 2019.

Relacionamento com Auditores Independentes

Seguindo as disposições da Comissão de Valores Mobiliários – CVM e com a intenção de preservar a independência do nosso Auditor, divulgamos que neste exercício sua prestação de serviço foi específica na auditoria das demonstrações financeiras e dos controles internos.

Declaração da Diretoria

Em observância às disposições da Instrução CVM nº. 480/09, a Diretoria declara que discutiu, revisou e concordou com as opiniões expressas no relatório dos auditores independentes e com as demonstrações financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018.

Agradecimentos

A administração da empresa agradece aos acionistas pelo apoio e confiança depositados, aos clientes, fornecedores, instituições financeiras e a comunidade de modo geral. Aos funcionários, especial reconhecimento pela dedicação, profissionalismo e pelo constante empenho na busca de soluções que permitiram à Companhia superar com sucesso aos desafios que se apresentaram.

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 2017

(Valores expressos em milhares de reais)

ATIVO	Controladora		Consolidado	
	31.12.2018	31.12.2017	31.12.2018	31.12.2017
CIRCULANTE				
Caixas e Equivalentes de caixa (nota 3.b)	411.570	392.625	469.044	444.507
Clientes (nota 3.c e 5)	234.729	205.175	258.805	225.200
Adiantamentos a fornecedores (nota 6)	155.432	147.061	155.432	147.061
Impostos a compensar (nota 8)	81.274	64.008	81.472	64.067
Outras contas	50.287	31.103	44.351	39.900
Estoques (nota 7)	193.617	179.132	227.067	212.452
Total do ativo circulante	1.126.909	1.019.104	1.236.171	1.133.187
NÃO CIRCULANTE				
Realizável a longo prazo				
Depósitos judiciais	-	-	4.719	4.257
Incentivos fiscais	856	856	856	856
Coligadas (nota 12)	9.375	6.097	9.727	6.630
Créditos fiscais diferidos (nota 14)	14.420	13.531	14.420	13.531
Impostos a compensar (nota 8)	5.033	4.473	5.033	4.473
	29.684	24.957	34.755	29.747
Investimentos (nota 9.a e 9.b)	208.815	204.935	310.003	310.544
Imobilizado (nota10)	230.760	235.012	232.590	237.256
Intangível (nota10)	1.947	1.870	1.982	1.905
Total do ativo não circulante	471.206	466.774	579.330	579.452
Total do ativo	1.598.115	1.485.878	1.815.501	1.712.639

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 2017

(Valores expressos em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2018	31.12.2017	31.12.2018	31.12.2017
PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO				
CIRCULANTE				
Fornecedores	49.343	31.498	50.014	32.022
Instituições financeiras (nota 11)	392.073	349.652	392.073	349.652
Obrigações sociais e tributárias	16.941	14.786	19.551	17.100
Dividendos propostos (nota 15.c)	6.875	5.458	9.112	6.916
Credores diversos	11.272	22.084	11.469	22.279
Provisão para contingências (nota 19)	45.317	75.859	45.317	75.859
Outras contas	12.054	11.622	21.901	36.849
Total do passivo circulante	533.875	510.959	549.437	540.677
NÃO CIRCULANTE				
Instituições financeiras (nota 11)	509.015	471.615	509.015	471.615
Partes relacionadas (nota 12)	1.223	2.109	1.224	2.284
Obrigações sociais e tributárias (notas 13,14 e 18)	43.885	7.703	43.885	7.703
Impostos diferidos s/ ajuste avaliação patrimonial	20.810	21.583	28.413	29.210
Outros débitos	475	475	22.946	21.151
Total do passivo não circulante	575.408	503.485	605.483	531.963
PATRIMÔNIO LÍQUIDO				
Capital social (nota 15.a)	120.000	120.000	120.000	120.000
Reserva de reavaliação	552	552	552	552
Ajuste de avaliação patrimonial	38.550	40.968	38.550	40.968
Reserva reflexo controlada	130.996	131.397	130.996	131.397
Reserva estatutária	171.571	163.963	171.571	163.963
Reserva Legal	15.760	14.554	15.760	14.554
Subvenção para Investimentos (nota 15.e)	11.403	-	11.403	-
Patrimônio líquido dos controladores	488.832	471.434	488.832	471.434
Patrimônio líquido dos não controladores	-	-	171.749	168.565
Total do patrimônio líquido	488.832	471.434	660.581	639.999
Total do passivo e do patrimônio líquido	1.598.115	1.485.878	1.815.501	1.712.639

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

**DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS
PARA EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 2017
(Valores expressos em milhares de reais, exceto lucro por ações)**

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2018	31.12.2017	31.12.2018	31.12.2017
RECEITA OPERACIONAL BRUTA				
Mercado interno	1.071.509	1.057.203	1.117.261	1.101.168
Mercado externo	90.756	79.262	90.756	79.262
	1.162.265	1.136.465	1.208.017	1.180.430
Deduções da receita bruta	(98.382)	(108.700)	(101.265)	(111.148)
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	1.063.883	1.027.765	1.106.752	1.069.282
Custo dos produtos e serviços vendidos (nota 16)	(774.709)	(756.381)	(775.579)	(757.776)
LUCRO OPERACIONAL BRUTO	289.174	271.384	331.173	311.506
Despesas com vendas (nota 16)	(151.016)	(143.193)	(151.016)	(143.193)
Despesas gerais e administrativas (nota 16)	(88.327)	(78.902)	(115.009)	(106.384)
Outras receitas operacionais	1.146	5.308	1.146	6.565
Resultado de equivalência patrimonial	7.468	7.520	-	-
LUCRO OPERACIONAL ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO	58.445	62.117	66.294	68.494
RESULTADO FINANCEIRO				
Receitas financeiras	62.364	65.268	66.888	71.003
Despesas financeiras	(95.691)	(101.385)	(96.151)	(102.014)
	(33.327)	(36.117)	(29.263)	(31.011)
Participação dos funcionários	(3.019)	(2.130)	(3.019)	(2.130)
LUCRO ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	22.099	23.870	34.012	35.353
Imposto de renda e contribuição social correntes (nota 14)	-	(11.015)	(5.741)	(16.859)
Imposto de renda e contribuição social diferidos (nota 14)	2.025	6.297	2.025	6.812
LUCRO LÍQUIDO ANTES DA PARTICIPAÇÃO DOS NÃO CONTROLADORES	24.124	19.152	30.296	25.306
Atribuído aos acionistas controladores	24.124	19.152	24.124	19.152
Atribuído aos acionistas não controladores	-	-	6.172	6.154
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	24.124	19.152	30.296	25.306
Lucro por lote de mil ações- Básico e diluído — R\$	2.279,61	1.809,77	2.279,61	1.809,77

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

**DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 2017
(Valores expressos em milhares de reais)**

	Controladora										
	Capital social	Reserva de reavaliação	Ajuste avaliação patrimonial		Reserva de Lucros		Subvenção para Investimentos	Lucros acumulados	Total	Participação dos não controladores	Total do patrimônio líquido
			Próprias	Reflexa	Reserva estatutária	Reserva legal					
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016	120.000	552	42.242	131.329	149.756	13.596	-	-	457.475	163.994	621.469
Tributos e realização da reserva de avaliação	-	-	(1.274)	-	-	-	-	1.442	168	-	168
Reflexo de controladas	-	-	-	68	-	-	-	29	97	-	97
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	-	19.152	19.152	-	19.152
Acionistas minoritários	-	-	-	-	-	-	-	-	-	4.571	4.571
Dividendos propostos (R\$ 515,78 por lote de mil ações)	-	-	-	-	-	-	-	(5.458)	(5.458)	-	(5.458)
Constituição de reservas	-	-	-	-	14.207	958	-	(15.165)	-	-	-
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017	120.000	552	40.968	131.397	163.963	14.554	-	-	471.434	168.565	639.999
Tributos e realização da reserva de avaliação	-	-	(2.418)	-	-	-	-	2.418	-	-	-
Reflexo de controladas	-	-	-	(401)	-	-	-	550	149	-	149
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	-	24.124	24.124	-	24.124
Acionistas minoritários	-	-	-	-	-	-	-	-	-	3.184	3.184
Dividendos propostos (R\$ 649,69 por lote de mil ações)	-	-	-	-	-	-	-	(6.875)	(6.875)	-	(6.875)
Constituição de reservas	-	-	-	-	7.608	1.206	11.403	(20.217)	-	-	-
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018	120.000	552	38.550	130.996	171.571	15.760	11.403	-	488.832	171.749	660.581

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

**DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA-MÉTODO INDIRETO
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 2017**

(Valores expressos em milhares de reais)

MÉTODO INDIRETO	Controladora		Consolidado	
	31.12.2018	31.12.2017	31.12.2018	31.12.2017
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS				
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	24.124	19.152	24.124	19.152
Ajuste do fluxo operacional:				
Depreciações e amortizações	14.540	13.756	15.082	14.322
Resultado nas operações venda ou baixa de ativo fixo	2.221	43	2.221	1.048
Equivalência patrimonial	(7.468)	(7.520)	-	-
Provisões de contingências	15.994	4.844	15.994	4.845
Provisão para crédito de liquidação duvidosa	1.124	1.190	1.124	1.190
	26.411	12.313	34.421	21.405
 Variação dos ativos:				
Cientes	(30.678)	37.219	(34.729)	22.507
Estoques	(14.485)	50.706	(14.615)	51.975
Créditos com coligadas	(3.278)	(1.594)	(3.097)	(1.279)
Impostos a compensar	(17.826)	(8.600)	(17.965)	(8.557)
Adiantamentos a fornecedores	(8.371)	33.322	(8.371)	33.322
Outros	(16.485)	(7.454)	(5.806)	(10.643)
	(91.123)	103.599	(84.583)	87.325
 Variação dos passivos:				
Fornecedores	17.845	(7.468)	17.992	(8.530)
Obrigações sociais e tributárias	37.564	(7.374)	37.836	(9.148)
Débitos com coligadas	(886)	422	(1.060)	597
Outros	(56.787)	(4.412)	(67.378)	17.732
	(2.264)	(18.832)	(12.610)	651
Recursos líquidos das atividades operacionais	(42.852)	116.232	(38.648)	128.533
Fluxo das atividades de investimento:				
Propriedades para investimento	-	-	545	(2.082)
Adições de imobilizado e intangível	(12.586)	(7.537)	(12.714)	(7.638)
Caixa líquido utilizado nas operações de investimentos	(12.586)	(7.537)	(12.169)	(9.720)
Fluxo das atividades de financiamentos:				
Financiamentos obtidos	542.503	533.971	542.503	533.971
Pagamentos de financiamentos	(462.682)	(506.926)	(462.682)	(507.226)
Participação de minoritários	-	-	3.184	4.571
Dividendos e juros sobre capital próprio	(5.438)	(8.750)	(7.651)	(10.662)
Recursos líquidos das atividades de financiamentos	74.383	18.295	75.354	20.654
Aumento de caixa e equivalentes de caixa	18.945	126.990	24.537	139.467
Demonstração da variação do caixa e equivalentes de caixa:				
Saldo no início do exercício	392.625	265.635	444.507	305.040
Saldo no final do exercício	411.570	392.625	469.044	444.507
	18.945	126.990	24.537	139.467

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

**DEMONSTRAÇÃO DOS VALORES ADICIONADOS
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 2017**

(Valores expressos em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2018	31.12.2017	31.12.2018	31.12.2017
RECEITAS				
Vendas de mercadorias, produtos e serviços	1.127.753	1.097.252	1.172.509	1.140.532
Provisão para crédito de liquidação duvidosa	(1.124)	(1.190)	(1.124)	(1.190)
Outras receitas operacionais	1.146	5.308	1.146	6.565
	1.127.775	1.101.370	1.172.531	1.145.907
Insumos adquiridos de terceiros:				
Matérias-primas consumidas	(556.893)	(556.905)	(557.763)	(558.301)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(336.421)	(312.383)	(349.992)	(332.905)
Perda/recuperação de valores ativos	-	-	(78)	(266)
	(893.314)	(869.288)	(907.833)	(891.472)
Valor adicionado bruto	234.461	232.082	264.698	254.435
Depreciação e amortização	(14.540)	(13.756)	(15.082)	(14.322)
Valor adicionado líquido produzido pela entidade	219.921	218.326	249.616	240.113
Valor adicionado recebido em transferência:				
Resultado de equivalência patrimonial	7.468	7.520	-	-
Receitas financeiras	62.364	65.268	66.888	71.003
	69.832	72.788	66.888	71.003
Valor adicionado total a distribuir	289.753	291.114	316.504	311.116
Distribuição do valor adicionado total:				
Pessoal e encargos	85.948	79.475	96.914	84.566
Impostos e contribuições	78.023	86.160	87.250	94.452
Juros e aluguéis	101.658	106.327	102.044	106.792
Dividendos e juros sobre capital próprio	6.875	5.458	6.875	5.458
Lucros retidos	17.249	13.694	17.249	13.694
Participação dos acionistas não controladores	-	-	6.172	6.154
	289.753	291.114	316.504	311.116

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

REFERENTES AOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 2017

(Valores expressos em milhares de reais)

JOSAPAR Joaquim Oliveira S/A Participações

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2018 e 2017.

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A companhia atua diretamente na pesquisa, produção, industrialização e comercialização de alimentos, cereais, sementes e fertilizantes, na importação e exportação, beneficiamento, distribuição e participação em outras sociedades. Complementam as atividades da controladora através de sua controlada REAL EMPREENDIMENTOS S.A., a administração de imóveis e comércio imobiliário.

A emissão dessas informações demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia foi autorizada pela Administração, em 15 de março de 2019.

2. BASE DE PREPARAÇÃO

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas da companhia, foram elaboradas e apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e normas internacionais do relatório financeiro International Financial Reporting Standards (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB), considerando pronunciamentos, orientações e interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPCs”), aprovadas pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM e pelas disposições contidas na Lei de Sociedades por Ações.

Nas demonstrações consolidadas foram incluídas as seguintes empresas:

- Real Empreendimentos S/A – (direta)
- Josapar Internacinal – (direta)
- Copérnico – (indireta)
- Empresa Pelotense de Shopping Centers Ltda – (indireta)
- Real Rio Grande Ltda – (indireta)
- Shopping João Pessoa S/A – (indireta)

3. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

a) Apuração do resultado

As receitas e despesas estão registradas em obediência ao regime contábil de competência.

As receitas provenientes da venda de bens são reconhecidas quando ocorre a transferência dos riscos e benefícios significativos da propriedade das mercadorias ao comprador e é provável que se receba o previamente acordado mediante pagamento. Estes critérios são considerados cumpridos quando as mercadorias são entregues ao comprador e conforme a satisfação do cliente, em linha com o CPC 47 – Receita de contrato com cliente.

b) Caixa e equivalentes de caixa

Compreendem os saldos de dinheiro em caixa, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras. As aplicações financeiras estão demonstradas ao custo, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do encerramento do balanço patrimonial e são de liquidez imediata. Para que um investimento financeiro seja qualificado como equivalente de caixa, precisa ter conversibilidade

imediate em montante conhecido de caixa e estar sujeito a um insignificante risco de mudança de valor. Portanto, um investimento normalmente qualifica-se como equivalente de caixa somente quando tem vencimento original de curto prazo, de três meses ou menos da data da aquisição.

c) Ativos e Passivos financeiros

A Companhia classifica seus ativos financeiros sob as seguintes categorias: mensurados ao valor justo por meio do resultado, mantidos até o vencimento e disponíveis para venda. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos. A administração determina a classificação de seus ativos financeiros no reconhecimento inicial.

Instrumentos financeiros não derivativos incluem aplicações financeiras, contas a receber e outros recebíveis, e financiamentos, assim como contas a pagar e outras dívidas. Tais instrumentos financeiros (desde que não reconhecidos pelo valor justo através de resultado) são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis.

Apresentados ao valor de custo, inferior ao valor de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações cambiais auferidos, combinado com os seguintes aspectos:

- A provisão para riscos de crédito foi calculada com base nas perdas estimadas nos montantes demonstrados na nota explicativa nº 5, que inclui saldos de clientes com processo de falência decretada, concordatários com previsão de desfecho desfavorável e clientes com títulos protestados e sem garantia real.
- As contas a receber de clientes são registradas pelo valor faturado, com prazos médios em torno de 54 dias.
- Outros ativos não circulantes são avaliados pelo custo de aquisição, deduzido de provisão para desvalorização, enquanto aplicável e classificados como ativos patrimoniais financeiros.

d) Estoques

Os estoques da controladora são demonstrados ao custo médio de aquisição ou produção, inferior aos custos de reposição ou aos valores de realização, à exceção dos estoques em poder de terceiros e matérias-primas que estão ajustados ao preço de mercado. Os estoques da controlada REAL EMPREENDIMENTOS estão divulgados ao valor justo.

e) Imobilizado e intangível

Imobilizado: reconhecidos inicialmente ao custo de aquisição ou construção, reavaliado e corrigido monetariamente até 31 de dezembro de 1995, foram ajustados pelo valor justo devidamente contabilizado, menos qualquer depreciação acumulada subsequente, com base em laudo de avaliação feito por um avaliador independente. Os efeitos de mais valia são reconhecidos diretamente no Patrimônio Líquido, já descontados os valores dos tributos diferidos (imposto de renda e contribuição social – 34%).

O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. O custo de ativos construídos pela própria Companhia inclui o custo de materiais e mão de obra direta, quaisquer outros custos para colocar o ativo no local e condição necessários para que esses sejam capazes de operar da forma pretendida pela administração, os custos de desmontagem e de restauração do local onde estes ativos estão localizados, e custos de empréstimos sobre ativos qualificáveis para os quais a data de início para a capitalização seja 1º de janeiro de 2009 ou data posterior a esta.

A depreciação do imobilizado, pelo método linear, às taxas anuais mencionadas na nota explicativa nº10, que levam em consideração a vida útil econômica dos bens e é calculada sobre o valor depreciável, que é o custo de um ativo, ou outro valor substituto do custo, deduzido do valor residual.

Ativos intangíveis: adquiridos são reconhecidos inicialmente ao custo e posteriormente amortizados linearmente durante sua vida útil econômica.

A Companhia decidiu manter o saldo da reserva de reavaliação até a sua completa realização, conforme facultado pela instrução CVM nº 469, de 2 de maio de 2008, art. 4º.

O imobilizado e outros ativos não circulantes, e os ativos intangíveis, são revistos anualmente para se identificar evidências de perdas não recuperáveis, conforme disposições contábeis vigentes. Para o exercício de 2018 não foram identificadas perdas.

f) Investimentos

Investimentos em empresas controladas são avaliados pelo método da equivalência patrimonial. O resultado da avaliação tem como contrapartida uma conta de resultado operacional ou, quando decorrente de reavaliação ou do ajuste do custo atribuído do bem, uma conta de ajuste de avaliação patrimonial reflexa, cuja realização ocorre proporcionalmente à da controlada por meio da depreciação ou baixa dos ativos que originou.

As propriedades para investimento estão representadas por imóveis pertencentes às controladas, avaliados ao valor justo, cujas variações são registradas em contrapartida ao resultado do exercício.

A partir de 2014, as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicadas às demonstrações financeiras individuais não diferem do IFRS aplicável as demonstrações financeiras separadas, uma vez que o Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPCs”) passou a permitir a aplicação do método de equivalência patrimonial em controladas nas demonstrações separadas (conforme deliberação CVM nº 733/14). Dessa forma, elas também estão em conformidade com as normas internacionais de relatório financeiro (International Financial Reporting Standards – IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB). Essas demonstrações individuais são divulgadas em conjunto com as demonstrações financeiras consolidadas.

g) Demais passivos circulantes e não circulantes

Demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações.

h) Imposto de Renda e Contribuição Social

Na controladora estão calculados com base no lucro real e na controlada com base no lucro presumido, sendo o Imposto de Renda à alíquota de 15% e 10% de adicional e Contribuição Social de 9%.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos, são reconhecidos no ativo circulante para refletir os efeitos fiscais futuros atribuíveis às diferenças temporárias entre a base fiscal de ativos e passivos e seu respectivo valor contábil.

i) Utilização de estimativas

A preparação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis requer que a Administração faça estimativa e suposições que afetam os valores apresentados nas demonstrações financeiras e nas notas explicativas. Os resultados efetivos destas estimativas poderão ser diferentes de tais estimativas.

Ativos e passivos sujeitos a estimativas e premissas incluem, entre outros, o valor residual do ativo imobilizado, ativo intangível, provisão para crédito de liquidação duvidosa, provisão para desvalorização de estoques, imposto de renda diferido ativo e passivo, provisão para contingências.

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados em razão de imprecisões inerentes ao processo da sua determinação. A Companhia e suas controladas revisam as estimativas e as premissas pelo menos trimestralmente.

j) Provisões para contingências

A Companhia constitui provisão integral para perdas com causas estimadas pelos seus consultores jurídicos como de perda provável.

k) Demonstrações financeiras consolidadas

As demonstrações financeiras consolidadas abrangem as demonstrações financeiras da Companhia e das sociedades controladas indicadas na nota explicativa nº 2, e foram elaboradas com base nas normas de consolidação de balanços, NBC TG 36 - Demonstrações consolidadas, em conformidade com os seguintes principais aspectos:

- A Companhia e suas sociedades controladas adotam práticas contábeis uniformes para registro de suas operações e avaliação dos elementos patrimoniais.
- Os saldos de operações entre as empresas consolidadas estão devidamente eliminados, bem como as participações recíprocas, e estão excluídos do patrimônio líquido e da participação dos acionistas controladores.
- As participações de acionistas não controladores, estão classificadas no patrimônio líquido na apresentação das demonstrações financeiras consolidadas.

l) Moeda

Transações em moeda estrangeira são convertidas para reais, moeda funcional da Companhia e suas controladas, pelas taxas de câmbio nas datas das transações. Ativos e passivos monetários denominados e apurados em moedas estrangeiras na data de apresentação são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio apurada naquela data. O ganho ou perda cambial em itens monetários é a diferença entre o custo amortizado da moeda funcional no começo do período, ajustado por juros e pagamentos efetivos durante o período, e o custo amortizado em moeda estrangeira à taxa de câmbio no final do período de apresentação.

m) Novas normas e interpretações

Em 2018 foi publicada a norma IFRS 16 (CPC 06 R2) – Arrendamento mercantil, a qual é aplicável prospectivamente a partir de 1º de janeiro de 2019 e tem como objetivo unificar o modelo de contabilização do arrendamento, exigindo dos arrendatários reconhecer como ativo ou passivo todos os contratos de arrendamento existentes. A menos que o contrato possua um prazo igual ou menor que doze meses ou um valor imaterial. A Companhia e suas controladas pretendem adotar essas normas, se aplicável, quando entrarem em vigência, desde que implementadas no Brasil pelo CPC e aprovadas pela CVM e o CFC.

4. GESTÃO DE RISCOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS

As operações da companhia e suas controladas as expõem a alguns riscos financeiros e de mercado, cuja gestão é realizada por um grupo de planejamento estratégico que segue políticas previamente estabelecidas no sentido de proteger sua integridade financeira e operacional.

Riscos cambiais decorrentes de operações de compra e venda no mercado externo estão completamente atrelados a prazos e volumes que se equivalem, o que forma uma proteção natural para eventuais variações futuras.

Riscos de mercado são administrados pelo planejamento de compras, onde se toma por base o nível de preço dos insumos que viabiliza a comercialização das mercadorias no mercado local dentro dos padrões de margem de lucro esperados e os prazos de entrega prováveis.

As políticas de vendas e concessão de crédito da companhia estão subordinadas às políticas de crédito fixadas por sua administração e visam minimizar eventuais problemas decorrentes da inadimplência de seus clientes. O prazo médio de recebimento no ano foi de 54 dias e a perda reconhecida foi de 0,045% sobre o faturamento no período.

Os empréstimos são contratados a taxas pré-fixadas e expõem a companhia ao risco de valor justo associado à variação da taxa de juros. Este risco é administrado pela manutenção de equivalentes

O critério utilizado para as variações atribuídas aos cenários II e III segue a recomendação do Art. 3º § 2º da Instrução CVM 475/08.

Os efeitos relacionados acima majoram diretamente as despesas financeiras, reduzindo, após o cômputo dos efeitos fiscais aplicáveis, o resultado e na sequência a conta de lucros acumulados.

5. CONTAS A RECEBER DE CLIENTES

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2018	31.12.2017	31.12.2018	31.12.2017
Clientes mercado interno	228.508	197.677	256.438	221.556
Clientes mercado externo	12.299	12.452	12.299	12.452
Provisão para crédito de liquidação duvidosa	(6.078)	(4.954)	(9.932)	(8.808)
Total	234.729	205.175	258.805	225.200

6. ADIANTAMENTOS A FORNECEDORES

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2018	31.12.2017	31.12.2018	31.12.2017
Adiantamento a fornecedores de arroz	149.572	141.724	149.572	141.724
Adiantamento a fornecedores diversos	5.860	5.337	5.860	5.337
Total	155.432	147.061	155.432	147.061

7. ESTOQUES

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2018	31.12.2017	31.12.2018	31.12.2017
Produtos acabados e semi-elaborados	64.647	56.289	64.647	56.289
Mercadorias para revenda	3.822	3.450	3.822	3.450
Matérias - primas	116.683	110.567	116.683	110.567
Outros	8.465	8.826	8.465	8.826
Imóveis	-	-	33.450	33.320
Total	193.617	179.132	227.067	212.452

8. IMPOSTOS A RECUPERAR

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2018	31.12.2017	31.12.2018	31.12.2017
ATIVO CIRCULANTE				
PIS e COFINS	57.281	49.242	57.281	49.242
IRPJ/CSLL Saldo de declaração	14.954	5.167	15.152	5.224
INSS	433	433	433	433
ICMS	5.420	5.272	5.420	5.272
Refis Lei 11.941/09 (não consolidado)	3.186	3.894	3.186	3.896
Total	81.274	64.008	81.472	64.067
ATIVO NÃO CIRCULANTE				
PIS, COFINS e ICMS s/ Imobilizado	993	433	993	433
FINSOCIAL	1.575	1.575	1.575	1.575
IRPJ e CSLL discussão judicial	2.236	2.236	2.236	2.236
Outros créditos	229	229	229	229
Total	5.033	4.473	5.033	4.473

Os créditos reconhecidos de PIS e COFINS são oriundos de compras no mercado interno, e estão sendo utilizados na compensação de outros tributos federais.

O valor do REFIS, refere-se a parcelas pagas na modalidade da Lei.11.941/09, que em 31.12.2018, perfazem um crédito, por estar pendente de consolidação.

Os demais saldos referem-se ao aproveitamento ICMS, PIS e COFINS nas aquisições do ativo imobilizado, saldos negativos de IRPJ e CSLL, e outros créditos usuais da operação.

A administração da companhia vem compensando os créditos tributários, com os débitos das operações normais da companhia.

9. INVESTIMENTOS

a) Informações sobre controlada

	Número de ações	Participação capital social (%)	Patrimônio líquido	Capital social	Lucro líquido	Equivalência Patrimonial
Real Empreendimentos S.A	185.740	54,7507	380.062	49.500	13.640	7.468
Josapar Internacional	50	100	238	194	-	-

b) Composição dos investimentos

	Real Empreendimentos				Propriedades p/ investimentos		
	Real	Josapar Internacional	Outros	TOTAL	Outros	TOTAL	
Em 31 de dezembro de 2017	204.242	203	490	204.935	309.011	1.533	310.544
Reflexo ajustes em controladas	(1.495)	35	-	(1.460)	-	4	4
Dividendos a receber	(2.128)	-	-	(2.128)	-	-	-
Equivalência Patrimonial	7.468	-	-	7.468	-	-	-
Propriedades p. Investimentos	-	-	-	-	(545)	-	(545)
Em 31 de dezembro de 2018	208.087	238	490	208.815	308.466	1.537	310.003

10. IMOBILIZADO

Controladora

	Imóveis terrenos	Imóveis prédios	Veículos	Maquinas e Equipamentos	Ativos em construção	Móveis e utensílios, Instalações e outros	Total
Valor residual em 31 de dezembro de 2016	25.877	96.993	390	71.477	28.603	17.902	241.242
Adições	901	174	-	835	5.400	179	7.489
Transferências	64	14.746	-	7.500	(24.989)	2.679	-
Depreciação	-	(2.704)	(78)	(7.978)	-	(2.959)	(13.719)
Valor residual em 31 de dezembro de 2017	26.842	109.209	312	71.834	9.014	17.801	235.012
Adições	4	-	-	1.957	10.213	310	12.484
Baixas	(993)	(718)	-	(509)	(1)	-	(2.221)
Transferências	-	203	11	2.109	(4.290)	1.967	-
Depreciação	-	(2.889)	(59)	(8.437)	-	(3.130)	(14.515)
Valor residual em 31 de dezembro de 2018	25.853	105.805	264	66.954	14.936	16.948	230.760

Consolidado	Imóveis terrenos	Imóveis prédios	Veículos	Maquinas e Equipamentos	Ativos em construção	Móveis e utensílios, Instalações e outros	Total
Valor residual em 31 de dezembro de 2016	25.877	96.993	1.501	71.913	30.226	18.443	244.953
Adições	901	174	59	835	5.399	222	7.590
Baixas	-	-	-	-	(1.000)	(5)	(1.005)
Transferências	64	14.746	-	7.500	(24.989)	2.679	-
Depreciação	-	(2.704)	(481)	(7.982)	-	(3.115)	(14.282)
Valor residual em 31 de dezembro de 2017	26.842	109.209	1.079	72.266	9.636	18.224	237.256
Adições	4	-	-	1.979	10.213	416	12.612
Baixas	(993)	(718)	-	(509)	(1)	-	(2.221)
Transferências	-	203	11	2.109	(4.290)	1.967	-
Depreciação	-	(2.889)	(444)	(8.440)	-	(3.284)	(15.057)
Valor residual em 31 de dezembro de 2018	25.853	105.805	646	67.405	15.558	17.323	232.590

O saldo de intangíveis está composto da seguinte forma:

	Controladora			Consolidado		
	Marcas, patentes e direitos de uso	Softwares	Total	Marcas, patentes e direitos de uso	Softwares	Total
Valor residual em 31 de dezembro de 2016	1.826	18	1.844	1.861	21	1.882
Adições	-	48	48	-	48	48
Depreciação	-	(22)	(22)	-	(25)	(22)
Valor residual em 31 de dezembro de 2017	1.826	44	1.870	1.861	44	1.905
Adições	-	102	102	-	102	102
Depreciação	-	(25)	(25)	-	(25)	(25)
Valor residual em 31 de dezembro de 2018	1.826	121	1.947	1.861	121	1.982

As taxas de depreciação praticadas são as seguintes:

Imóveis prédios	2,8% a.a
Veículos	20 % a.a
Veículos industriais	10% a.a
Máquinas e equipamentos nacionais e importados	6% e 7% a.a
Móveis e utensílios	10% a.a
Instalações e benfeitorias	10% a.a
Sistemas e equipamentos e informática	33% a.a

A realização do ajuste de avaliação patrimonial referente aos NBC TG-27 em 31.12.2018 foi de R\$ 2.418, empresa e consolidado, em 2017-(R\$1.274, empresa e consolidado). As provisões para Imposto de renda e contribuição social foram constituídas e ajustadas de acordo com as alíquotas vigentes.

11. INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS

PASSIVO CIRCULANTE	Controladora		Consolidado	
	31.12.2018	31.12.2017	31.12.2018	31.12.2017
<u>Moeda Interna</u>				
Financiamentos para investimentos	5.387	6.249	5.387	6.249
Crédito Rural – recursos livres	186.615	117.582	186.615	117.582
Capital de giro	182.565	207.631	182.565	207.631
Arrendamento mercantil	40	72	40	72
Total	374.607	331.534	374.607	331.534
<u>Moeda estrangeira</u>				
Financiamentos para investimentos	90	90	90	90
Capital de giro-FINIMP	17.376	18.028	17.376	18.028
Total	17.466	18.118	17.466	18.118
TOTAL DO CIRCULANTE	392.073	349.652	392.073	349.652
PASSIVO NÃO CIRCULANTE	Controladora		Consolidado	
	31.12.2018	31.12.2017	31.12.2018	31.12.2017
<u>Moeda Interna</u>				
Financiamentos para investimentos	22.939	26.809	22.939	26.809
Capital de giro	269.523	174.472	269.523	174.472
Crédito Rural – recursos livres	216.275	269.991	216.275	269.991
Total	508.737	471.272	508.737	471.272
<u>Moeda estrangeira</u>				
Financiamentos para investimentos	278	343	278	343
Total	278	343	278	343
TOTAL DO CIRCULANTE	509.015	471.615	509.015	471.615
Vencimentos de longo prazo	31.12.2018	31.12.2017	31.12.2018	31.12.2017
2019	-	346.563	-	346.563
2020	374.201	110.415	374.201	110.415
2021	96.918	4.665	96.918	4.665
2022	18.098	2.703	18.098	2.703
2023	14.676	2.147	14.676	2.147
2024	1.669	1.669	1.669	1.669
2025	1.791	1.791	1.791	1.791
2026	1.662	1.662	1.662	1.662
TOTAL DO CIRCULANTE	509.015	471.615	509.015	471.615

	Indexador	Taxa	
Investimentos em moeda nacional	Pré-fixado	4,96%	a.a
Investimentos em moeda nacional	TJLP	4,92%	a.a
Investimentos em moeda nacional	Taxa referencial IPCA	1,32%	a.a
Investimentos em moeda nacional	UMBNDDES	3,14%	a.a
Investimentos em moeda nacional	TLP-IPCA	2,78%	a.a
Crédito Rural – recursos livres	CDI	1,31%	a.a
Capital de Giro - FINIMP	VC US\$	4,77%	a.a
Capital de Giro - FINIMP	CDI	2,14%	a.a

a) Empréstimos nacionais:

Os financiamentos de investimentos são atualizados de acordo com a variação da TJLP - Taxa de Juros de Longo Prazo, UMIPCA - Unidade Monetária do IPCA – BNDES e UMBNDES, acrescidas do spread bancário e em taxa pré fixada de 2,5% aa a 8,70% a.a.

Os financiamentos de capital de giro são atualizados pela variação do CDI - Certificado de Depósito Interbancário acrescido do spread bancário. Os financiamentos em linhas de crédito rural com recursos livres são contratadas em taxas pré-fixadas e pós fixadas – spread sobre CDI. As garantias oferecidas incluem alienação fiduciária e aval.

A companhia possui parte de seu capital de giro contratado em linhas da Resolução 3.844 e Leis 4.131 e 11.371/2006. Na sua origem estas linhas possuem lastro em moeda estrangeira (dólar) e desde sua contratação foram convertidas para a variação do CDI – Certificado de Depósito Interbancário.

b) Empréstimos no exterior:

Os financiamentos de importação e adiantamentos de contratos de câmbio no passivo circulante equivalem a US\$ 4.484 mil aos quais incidem encargos equivalentes à variação cambial do dólar norte americano e spread bancário.

12. SALDOS COM PARTES RELACIONADAS

	Controladora			Consolidado	
	Ativo não Circulante	Passivo não circulante	Dividendos a receber	Ativo não Circulante	Passivo não Circulante
Real Empreendimentos S.A.	1.648	-	9.747	-	-
Peroli S.A. Participações	-	(2.109)	-	1.252	(2.109)
Viannainvest Negócios e Part. Ltda.	326	-	-	951	-
Ferragens Vianna S.A.	557	-	-	557	-
Josainvest Negócios e Part. Ltda.	1.830	-	-	1.830	-
Outros	1.736	-	-	2.040	(175)
Em 31 de dezembro de 2017	6.097	(2.109)	9.747	6.630	(2.284)
Real Empreendimentos S.A.	2.188	-	13.367	-	-
Peroli S.A. Participações	-	(1.223)	-	1.252	(1.223)
Viannainvest Negócios e Part. Ltda.	393	-	-	1.018	-
Ferragens Vianna S.A.	2.743	-	-	2.743	-
Josainvest Negócios e Part. Ltda.	2.123	-	-	2.123	-
Outros	1.928	-	-	2.591	(1)
Em 31 de dezembro de 2018	9.375	(1.223)	13.367	9.727	(1.224)

Os saldos com partes relacionadas, não resultam de transações que envolvam atividade operacional da companhia, todos os valores são recuperáveis e não representam risco de perda para a companhia.

Neste exercício não foi registrado nenhuma provisão para crédito de liquidação duvidosa, e nenhuma despesa decorrente de perda de dívidas incobráveis relacionada aos saldos de operações com partes relacionadas em aberto.

13. OBRIGAÇÕES SOCIAIS, TRIBUTÁRIAS E TRIBUTOS DIFERIDOS – NÃO CIRCULANTE

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2018	31.12.2017	31.12.2018	31.12.2017
Tributos s/ deprec. Incentivada	6	158	6	158
IRPJ e CSLL diferidos (*)	2.951	3.313	2.951	3.313
Parcelamentos (**)	40.928	4.232	40.928	4.232
Total	43.885	7.703	43.885	7.703

As provisões para imposto de renda e contribuição social sobre depreciação acelerada incentivada foram constituídas e ajustadas de acordo com as alíquotas previstas na legislação tributária em vigor.

(*) vide nota 14.b

(**) Vide nota 18

14. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

a) Natureza dos tributos diferidos – Ativo não circulante

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2018	31.12.2017	31.12.2018	31.12.2017
Contribuição social diferida	4.142	3.589	4.142	3.589
Imposto de renda diferido	10.278	9.942	10.278	9.942
Total	14.420	13.531	14.420	13.531

b) Natureza dos tributos diferidos – Passivo não circulante

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2018	31.12.2017	31.12.2018	31.12.2017
Contribuição social diferida	(781)	(877)	(781)	(877)
Imposto de renda diferido	(2.170)	(2.436)	(2.170)	(2.436)
Total	(2.951)	(3.313)	(2.951)	(3.313)

c) Composição da despesa tributária

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2018	31.12.2017	31.12.2018	31.12.2017
<u>Corrente</u>				
Contribuição social	-	(2.904)	(1.545)	(4.486)
Imposto de renda	-	(8.111)	(4.196)	(12.373)
	-	(11.015)	(5.741)	(16.859)
<u>Diferido</u>				
Contribuição social	854	1.667	854	1.681
Imposto de renda	1.171	4.630	1.171	5.131
	2.025	6.297	2.025	6.812
	2.025	(4.718)	(3.716)	(10.047)

d) Conciliação do imposto de renda e da contribuição social do exercício

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2018	31.12.2017	31.12.2018	31.12.2017
Resultado antes da CSLL e do IRPJ	22.099	23.870	34.012	35.353
Eliminações – ajustes efeito controlada	-	-	6.172	6.154
	22.099	23.870	40.184	41.507
Despesa tributária pela alíquota oficial (IRPJ – 25%; CSLL – 9%)	(7.514)	(8.116)	(13.663)	(14.112)
Exclusões (adições) permanentes	3.265	(1.294)	3.265	(1.294)
Exclusões (adições) temporárias	10.235	(1.830)	10.235	(1.830)
Efeito tributação em controlada	-	-	408	667
Outros	(3.961)	6.522	(3.961)	6.522
	2.025	(4.718)	(3.716)	(10.047)

A companhia reconheceu créditos tributários de imposto de renda e contribuição social sobre diferenças temporárias fundamentadas por projeções orçamentárias aprovadas pela Administração, as quais indicam lucros tributáveis e realizações futuras.

15. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital

O Capital Social é de R\$120.000, subscrito e integralizado e é composto por 10.582.361 ações, sendo 10.450.993 ações ordinárias e 131.368 ações preferenciais, todas sem valor nominal.

b) Reserva Legal

O saldo de Reserva legal conforme previsto no artigo 193 da Lei nº 6.404.76, refere-se a 5% do lucro líquido do exercício, limitado a 20% do capital social. Em 31 de dezembro de 2018 a companhia mantém registrado nesta rubrica, o valor de R\$ 15.760 –(R\$14.554 em 2017).

c) Dividendos

O Estatuto prevê a distribuição de dividendos mínimos obrigatórios de 30% do lucro líquido ajustado do exercício.

Às ações preferenciais é assegurado um dividendo adicional de 10% (dez por cento) sobre o lucro líquido ajustado do exercício.

Demonstração do cálculo dos dividendos submetidos à aprovação da assembleia:

	31.12.2018	31.12.2017
Lucro Líquido do exercício	24.124	19.152
Reserva legal	(1.206)	(958)
Lucro líquido para cálculo de dividendos	22.918	18.194
Dividendos propostos – 30%	6.875	5.458

Os dividendos propostos correspondem a R\$ 648,88 –(R\$515,15 em 2017) por lote de mil ações ordinárias e R\$ 713,77 –(R\$566,66 em 2017) por lote de mil ações preferenciais.

d) Ajuste de Avaliação Patrimonial

Refere-se ao registro do ajuste de avaliação patrimonial de bens próprios e de controladas, líquidos dos tributos e realizações. O imposto de renda e a contribuição social diferido foram calculados de acordo com a opção tributária de cada empresa (lucro real ou presumido) e ajustados pelas alíquotas vigentes.

e) e) Subvenção para Investimentos

Em 31 de dezembro de 2018 a Companhia constituiu reserva no montante de R\$11.403 referente ao benefício do PRODEPE e credito presumido de ICMS no exercício, visto que, com a publicação da Lei Complementar 160 em 07 de agosto de 2017, onde os benefícios fiscais ofertados no âmbito de ICMS passam a ser caracterizados como subvenção para investimento e

consequentemente não mais ofertados à tributação do Imposto de Renda e Contribuição Social.

16. GASTOS OPERACIONAIS

Por função:	Controladora		Consolidado	
	31.12.2018	31.12.2017	31.12.2018	31.12.2017
Custos dos produtos	(774.709)	(756.381)	(775.579)	(757.776)
Despesas com vendas	(151.016)	(143.193)	(151.016)	(143.193)
Despesas gerais e administrativas	(88.327)	(78.902)	(115.009)	(106.384)
Outras receitas	1.146	5.308	1.146	6.565
	<u>(1.012.906)</u>	<u>(973.168)</u>	<u>(1.040.458)</u>	<u>(1.000.788)</u>

Por natureza:	Controladora		Consolidado	
	31.12.2018	31.12.2017	31.12.2018	31.12.2017
Depreciações e amortizações	(14.540)	(13.756)	(15.082)	(14.322)
Despesas com pessoal	(85.948)	(79.475)	(96.914)	(84.566)
Matérias primas e materiais	(556.893)	(556.905)	(557.763)	(558.301)
Fretes	(85.977)	(79.666)	(85.977)	(79.666)
Outras	(269.548)	(243.366)	(284.722)	(263.933)
	<u>(1.012.906)</u>	<u>(973.168)</u>	<u>(1.040.458)</u>	<u>(1.000.788)</u>

No exercício findo em 31.12.2018, o montante pago a título de remuneração dos administradores e conselheiros de administração totalizou R\$7.971 -(R\$8.770 em 2017), e está registrado nas contas, remuneração da administração e participações, ambas no resultado.

A companhia não efetua remunerações ao pessoal chave da administração para as seguintes categorias: a) benefícios de curto e longo prazo a empregados e administradores; b) benefícios pós-emprego; c) outros benefícios de longo prazo; d) benefícios de rescisão de contrato de trabalho; e) remuneração baseada em ações.

17. COBERTURA DE SEGUROS (NÃO AUDITADO)

A Companhia e suas controladas mantêm política de contratar cobertura de seguros para os seus ativos sujeitos a riscos e por montantes considerados suficientes para fazer frente a eventuais perdas com sinistros. A Administração determina os valores em risco e os limites máximos de indenização levando em consideração a natureza das atividades, concentração e relevância dos riscos e a eficiência dos mecanismos de proteção e segurança adotados na construção e operação das plantas e instalações da Companhia, seguindo adicionalmente a orientação de seus consultores de seguros.

As premissas de risco adotadas e emissão de opinião sobre a suficiência das coberturas de seguros não fazem parte do escopo da auditoria das demonstrações financeiras.

Cobertura	Tipo de cobertura	Ramo	Limites - Total M\$	Vigência
Prédios, equipamentos, estoques e Lucros Cessantes decorrente da cobertura Básica.	Incêndio, explosão, queda de aeronave, perda/pagamento de aluguel, vendaval, alagamento danos elétricos, roubo, fermentação própria ou aquecimento espontâneo, equipamentos eletrônicos, impacto de veículos, equipamentos móveis, e Lucros Cessantes decorrente da cobertura Básica. Respeitando as condições gerais da apólice.	Patrimonial – Riscos Nomeados	115.000	jun/19

Responsabilidade Civil	Estabelecimento industrial, comercial, poluição súbita, empregador, riscos contingentes de veículos, produtos, transporte habitual de empregados, produtos em território nacional, guarda de veículos de terceiros (Incêndio e Roubo), Recall - produtos em território nacional e danos morais. Respeitando as condições gerais da apólice.	RC	10.000	jun/19
Responsabilidade Civil Administradores	Indenizações, Despesas Processuais e Custos de defesa: (I) Processos Judiciais, incluindo, mas não se limitando às reclamações cíveis, consumeristas, previdenciárias, Criminais; (II) Procedimentos Arbitrais; e (III) Procedimentos Administrativos. Respeitando as coberturas adicionais contratadas e condições gerais da apólice.	RC D&O	10.000	jun/19
Automóvel frota	Casco, danos materiais e pessoais a terceiros e danos morais.	Automóvel	110% FIPE 1.000 RC	Junho 2019
Mercadorias em transporte Nacional	Perda ou dano total ou parcial aos produtos	Transporte Nacional	1.000 cabotagem 400 rodoviário	Abril 2019
Mercadorias em transporte Internacional	Perda ou dano total ou parcial aos produtos	Transporte Internacional IMP	US\$ 3.000.000	Abril 2019
Mercadorias em transporte Internacional	Perda ou dano total ou parcial aos produtos	Transporte Internacional EXP	US\$ 1.000.000	Abril 2019

18. TRIBUTOS PARCELADOS

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2018	31.12.2017	31.12.2018	31.12.2017
Imposto de renda e contribuição social	4.257	5.442	4.257	5.442
Funrural	40.633	-	40.633	-
Total	44.890	5.442	44.890	5.442

A Companhia incluiu débitos no programa de parcelamento Rural-PRR Lei 13.606/2018, que juntamente com PERT Lei 13.496/2017, totalizam em 31 de dezembro de 2018 o montante dos tributos parcelados.

Os valores atualizados, líquidos das parcelas pagas são de R\$44.890 (controladora e consolidado), em 2017 R\$5.442 (controladora e consolidado), e está sendo apresentado na rubrica “obrigações sociais e tributárias”. Sendo, no circulante R\$3.962 (controladora e consolidado), em 2017 R\$1.210 (controladora e consolidado), e não circulante R\$40.928 (controladora e consolidado), e em 2017 R\$4.232 (controladora e consolidado).

19. PROVISÃO PARA CONTINGÊNCIAS E QUESTINAMENTOS LEGAIS

No desenvolvimento de suas operações, a companhia e suas controladas estão sujeitas a certos riscos, representadas por ações trabalhistas, cíveis e tributárias, as quais estão sendo discutidas nas esferas, administrativa e judicial. Em 31 de dezembro de 2018, a administração, com base nas opiniões dos seus consultores legais, de que as perdas são possíveis, mas não prováveis, ou remotas e não procedeu ao registro de provisão para contingências para as referidas ações. A estimativa dos

consultores legais para ações com perdas possíveis, mas não prováveis, é de aproximadamente R\$194.760.

A administração decidiu, com base na opinião dos seus consultores legais, registrar a provisão para contingências em montante considerado suficiente para as ações e valores cujas perdas foram classificadas como prováveis.

O montante constituído das provisões está sendo apresentado líquido dos depósitos judiciais:

<u>Passivo Circulante</u>	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>31.12.2018</u>	<u>31.12.2017</u>	<u>31.12.2018</u>	<u>31.12.2017</u>
Provisão para contingências	48.156	78.869	49.582	80.295
(-) Depósitos judiciais	(2.839)	(3.010)	(4.265)	(4.436)
Provisões líquidas dos depósitos judiciais	45.317	75.859	45.317	75.859

(*) Vide nota 18

A JOSAPAR e sua controlada REAL EMPREENDIMENTOS, essa na qualidade de terceira outorgante de hipoteca garantidora, são réus em ação ordinária de cobrança movida em 2004 por Sonae Distribuição do Brasil (sucida por WMS Supermercados do Brasil Ltda.), que em 28 de julho de 2010, foi julgada em primeiro grau parcialmente procedente, com a condenação ao pagamento de R\$38.981. A companhia protocolou apelação que foi julgada em novembro de 2011 pela 12ª Câmara Cível, dando o provimento parcial às suas pretensões e reduzindo o valor inicial de condenação de R\$38.981 para R\$17.737, reconhecendo o direito a juros de mora de 1% a.m. e IGP-M contados do ajuizamento da ação em março de 2004. As partes interpuseram os embargos de declaração, agravo de instrumento e execuções provisórias, em grau de recurso no Supremo Tribunal de Justiça - STJ. Os consultores legais mencionam que os recursos especiais das rés sustentam teses idôneas, cujo exame, e no entender, não implica reexame de prova e, se tais recursos forem apreciados e providos, terão possibilidade jurídica de reversão de condenação das rés ou pelo menos da solidariedade passiva atribuída a REAL EMPREENDIMENTOS. A probabilidade objetiva é a de não se oportunizar a redução dos atuais parâmetros da condenação ao pagamento de pretensão de R\$17.737, sobre a qual persiste a discussão sobre a atualização e juros. A ação, se definitivamente julgada procedente contra a companhia, estará com sua execução garantida pela já referida hipoteca constituída pela REAL EMPREENDIMENTOS, de valor comprovadamente suficiente.

Cumpra destacar que a companhia impetrou em 2000 o processo sobre a exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS e da COFINS. Tal processo obteve sentença favorável por repercussão geral no julgamento do Supremo Tribunal Federal, com acórdão publicado em 02 de outubro de 2017. A Companhia juntamente com seus consultores legais apurou os valores não contabilizados, que atualizados somam R\$76.812 em 31.12.2018.

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Luciano Adures de Oliveira
(Presidente)

Augusto Lauro de Oliveira Júnior
(Vice- Presidente)

Lauro de Oliveira Lapa
Ary Teixeira de Oliveira
Sérgio Martins de Oliveira
Carlos Eduardo F. Lobato
(Conselheiros)

DIRETORIA

Luciano Adures de Oliveira
(Diretor Presidente)

Augusto Lauro de Oliveira Júnior
(Diretor Vice Presidente e de Relações com Investidores)

Luis Augusto Barcelos Krause
(Diretor Comercial e Operacional)

Marcelo Augusto Furlan dos Santos
(Diretor Administrativo Financeiro)

CONTADORA

Mara Lúcia Soares da
Fonseca
CRC-RS 50.772

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

Aos

Administradores e Acionistas da

JOSAPAR – Joaquim de oliveira S.A. Participações

Porto Alegre / RS

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da **JOSAPAR – Joaquim de Oliveira S.A. Participações** (Companhia), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2018 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da **JOSAPAR – Joaquim Oliveira S.A. Participações** em 31 de dezembro de 2018, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas”. Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Obrigações financeiras

Em 31 de dezembro de 2018, conforme descrito na nota explicativa 11, as demonstrações financeiras consolidadas da **JOSAPAR - Joaquim Oliveira S.A. Participações** incluem R\$901.088 mil, em obrigações com instituições financeiras, as quais segregam-se em R\$392.073 mil e R\$509.015 mil, entre o passivo circulante e o não circulante, respectivamente. Este montante representa aproximadamente 78% das obrigações consolidadas da Companhia com terceiros e é utilizado para a manutenção das suas atividades operacionais (capital de giro) e investimentos nas plantas produtivas. Adicionalmente, em 31

de dezembro de 2018 a situação líquida de caixa da Companhia, quando deduzidos os saldos consolidados de caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes, fornecedores, estoques e adiantamentos a produtores do saldo de empréstimos e financiamentos é positiva no valor de R\$159.246 mil. Tais obrigações consideram individualmente, atualizações por variação da TJLP - Taxa de Juros de Longo Prazo, UMIPCA - Unidade Monetária do IPCA – BNDES e UMBNDES, variação do CDI - Certificado de Depósito Interbancário acrescido do spread bancário e são registradas conforme as práticas contábeis vigentes. Possuindo ainda, capital de giro em linhas de crédito rural, contratados a taxa pré-fixada e com garantias vinculadas a aval, e penhor mercantil de estoque.

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria?

Obtivemos junto a administração da Companhia o entendimento dos processos e controles quanto as garantias prestadas, obrigações financeiras, verificamos a aplicabilidade das cláusulas e obrigações contratuais (covenants), avaliamos a razoabilidade e consistência das despesas financeiras incorridas e registradas, bem como ratificamos os saldos divulgados e controlados por meio de confirmações externas.

Baseados nos procedimentos executados e nas evidências de auditoria obtidas, consideramos que as obrigações financeiras registradas e divulgadas pela Companhia, estão adequadas, no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto e individualmente.

Demonstrações do valor adicionado

As demonstrações individuais e consolidadas do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia, e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, sendo submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório do auditor

A administração da Companhia e suas controladas é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a

elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia e sua controlada ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia e sua controlada são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e sua controlada.

Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e sua controlada. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e sua controlada a não mais se manterem em continuidade operacional.

Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Porto Alegre, RS, 15 de março de 2019.

Carlos Alberto dos Santos

Contador – CRCRS nº 69.366

Baker Tilly Brasil RS Auditores Independentes S/S

CRCRS nº 006706/O

CVM 12.360

JOSAPAR - JOAQUIM OLIVEIRA S.A. PARTICIPAÇÕES
COMPANHIA ABERTA
CNPJ N. 87.456.562/0001-22
NIRE N. 43300009882

PARECER DO CONSELHO FISCAL

Os Membros do Conselho Fiscal em cumprimento às disposições legais examinaram o Relatório da Administração, às Demonstrações Financeiras e respectivas Notas Explicativas da JOSAPAR - Joaquim Oliveira S.A. Participações, referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2018. Nossos exames foram conduzidos de acordo com as disposições legais e compreenderam: a) Análise das demonstrações financeiras e notas explicativas elaboradas periodicamente e anualmente pela Companhia; b) Realização de diversas reuniões objetivando esclarecer dúvidas sobre atos, registros e documentos contábeis e informações elaboradas pela Companhia; c) Realização de reuniões trimestrais, finais e extemporâneas com os Auditores Externos da Baker Tilly Brasil RS Auditores Independentes, sobre os referidos atos e documentos acima citados e questionamento sobre o cumprimento do seu plano de trabalho de auditoria, inventários físicos e indagações sobre as respostas das circularizações dos advogados em relação as causas ativas e passivas e sua divulgação nas notas explicativas finais. Com base nos nossos exames acima citados e nas informações e esclarecimentos recebidos em diversas reuniões, e considerando o Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Financeiras emitido pela Baker Tilly Brasil RS Auditores Independentes em 15 de março de 2019, sem modificação de opinião, os Membros do Conselho Fiscal abaixo assinados são de parecer que as Demonstrações Financeiras e as respectivas Notas Explicativas e o Relatório de Administração estão em condições de serem apreciadas pelos Acionistas na Assembleia Geral Ordinária.

Porto Alegre (RS), 19 de março de 2019.

Jarbas Lima da Silva Sérgio Nunes de Nunes Everaldo Luiz Meireles Gonçalves